



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – UACC**  
**CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**MAIRLLY ROANA ARAUJO DANTAS**

**SUSTENTABILIDADE APLICADA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO  
DE CASO REALIZADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CAMPUS SOUSA**

**SOUSA**

**2021**

**MAIRLLY ROANA ARAUJO DANTAS**

**SUSTENTABILIDADE APLICADA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO  
DE CASO REALIZADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CAMPUS SOUSA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Administração da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ma. Luma Michelly Soares Rodrigues Macri

**SOUSA**

**2021**



D192s Dantas, Mairlly Roana Araújo.

Sustentabilidade aplicada à administração pública: um estudo de caso realizado na Universidade federal de Campina Grande – Campus Sousa. / Mairlly Roana Araújo Dantas. – Sousa, 2021.

50 p.

Artigo (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2021.

Orientadora: Profa. Ma. Luma Michelly Soares Rodrigues Macri.

1. Sustentabilidade. 2. Instituições de Ensino Superior. 3. Gestão sustentável. 4. Conscientização socioambiental. 5. Medidas e ações sustentáveis. I. Macri, Luma Michelly Soares Rodrigues. II. Título.

CDU: 35:.502.131.1(043.1)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Marly Felix da Silva

Bibliotecária-Documentalista

CRB-15/855



Universidade Federal  
de Campina Grande



CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - UACC  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO DO TRABALHO DE CURSO**

**ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO**

As **14:00** horas do dia **21/outubro/2021**, compareceu a aluna **Mairily Roana Araújo Dantas** para defesa pública do Trabalho de Conclusão em forma de **Artigo** intitulado **SUSTENTABILIDADE APLICADA À GESTÃO PÚBLICA: Um estudo de caso na Universidade Federal de Campina Grande - Campus Sousa** – requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Administração. Constituíram a banca examinadora os/as professores/as **Luma Michelly Soares Rodrigues Macri** (orientador/a), **Valterlin da Silva Santos** (avaliador/a) e **Yáscara Pryscilla Dantas Costa** (avaliador/a). Após a exposição oral, o/a candidato/a foi arguido/a pelos componentes da banca que, após reunião em caráter reservado, decidiram **aprovar** a produção acadêmica. Para constar, lavramos a presente ata assinada por membros da Comissão de TC, do Curso de Administração da UACC/CCJS/UFCG.

Sousa-PB, **21/outubro/2021**.

**Flávio Lemenhe**  
**Mat. SIAPE 1612419**

Membro da Comissão de TC do Curso de  
Administração (UACC/CCJS/UFCG)

**Luma Michelly Soares Rodrigues Macri**  
**Mat. SIAPE 1995059**

Membro da Comissão de TC do Curso de  
Administração (UACC/CCJS/UFCG)

**Sustentabilidade Aplicada à Administração Pública: um estudo de caso realizado  
na Universidade Federal de Campina Grande campus Sousa**

**Mairlly Roana Araújo Dantas**

**RESUMO:**

A sustentabilidade é um tema que vem sendo abordado em todos os setores da sociedade. Observa-se que as Instituições de Ensino Superior além de auxiliar na construção dos futuros formadores de opiniões, devem ao mesmo tempo servir como exemplo para a conscientização da sociedade através das suas práticas sustentáveis por meio de uma gestão sustentável. Desta forma, o presente estudo tem como objetivo analisar as práticas sustentáveis executadas no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande campus Sousa, com base na percepção dos gestores, sendo analisados quatro dimensões: social, ambiental, cultural e econômica. Essa pesquisa foi classificada como uma abordagem qualitativa de caráter descritiva por se tratar de uma investigação sobre atitudes sustentáveis realizadas pela Gestão pública. Foi aplicado um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas organizadas e definidas a partir da adaptação do Método de Avaliação dos Indicadores de Sustentabilidade (M.A.I.S). Os resultados obtidos revelam que na dimensão Ambiental a Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis foi insatisfatória por receber o pior resultado, e na dimensão social está em busca da sustentabilidade por obter o melhor resultado de toda a pesquisa. Ao analisar esses indicadores, pode-se então perceber que a UACC deve investir em planejamento de processos e políticas organizacionais que priorizem a busca pela gestão sustentável.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade, Indicadores de Sustentabilidade, Ensino Superior, Gestão Sustentável.

## 1 INTRODUÇÃO

O cenário mundial apresenta uma grave degradação dos recursos naturais, diante disso a preocupação com o desenvolvimento sustentável tem se intensificado nos últimos anos, devido a incontáveis catástrofes ambientais tais como: o vazamento de óleo na bacia do campo em 2011, no interior do rio de janeiro, o rompimento da barragem do fundão em mariana final do ano de 2015, rompimento da barragem mina de feijão em brumadinho no ano de 2019, ambos localizado em Minas Gerais. Os desastres ambientais, assim como os citados anteriormente, são provenientes do uso irregular dos recursos naturais, e a escassez precoce desses recursos preocupa a geração atual quanto aos problemas que serão ocasionados às gerações futuras.

A política ambiental brasileira tem como base as políticas públicas internacionais e as suas repetidas mudanças, acontecem pela falha do modelo de desenvolvimento e suas consequências negativas no meio ambiente na economia e sociedade (CÂMARA, 2013). Devido aos graves incidentes ambientais, os gestores têm buscado ferramentas legais com o intuito de tornar a gestão pública mais sustentável. segundo Afonso (2006), a sustentabilidade é algo que não pode ser alcançado rapidamente, é um processo de transformação que precisa acontecer em consenso entre todos os que compõem a sociedade. Essa conscientização é fundamental para promover a qualidade de vida da presente e futura geração, instruindo ao uso regular dos recursos naturais transmitido por meio de uma gestão socioambiental.

O administrador deve exercer o seu papel com a finalidade de conduzir a organização para o alcance dos objetivos organizacionais, o seu desenvolvimento e a sua sustentabilidade partilhando o bem coletivo (PALUDO, 2010). A gestão na administração pública tem um papel fundamental na conscientização socioambiental brasileira, garantindo que as futuras gerações possam usufruir desses recursos de maneira racional para sua sobrevivência, acrescentando responsabilidades, estratégias e práticas que promovam o equilíbrio entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

A consciência ambiental deve estar inserida em todos os setores, inclusive o educacional. Pode-se observar que as instituições de ensino, com ênfase nas instituições de ensino superior (IES), possuem um papel de grande magnitude na formação da conscientização e na qualificação dos seus egressos, entretanto, são poucas que de fato exercem essas práticas socioambientais (TAUCHEN; LORENDO, 2006).

Para uma Universidade tornar-se sustentável, primeiro, seria necessário haver mudanças no estilo de gestão, comprometendo-se com a introdução de práticas mais sustentáveis (SILVA,2006). Como a elaboração de programas voltados a conservação e a reutilização da água, programas de reciclagem de resíduos, uso de aparelhos com melhor eficiência energética, e a disponibilização de cursos voltados a sustentabilidade em todas as áreas essas são algumas das práticas que podem ser adotadas pela a Universidade já que ela tem como responsabilidade a prestação de serviços à comunidade carregando em seus ombros o dever de formar profissionais e educar de maneira consciente para a criação de uma nova geração mais sustentável e justa, que priorize a qualidade de vida ambiental e humana (PETRELLI; COLOSSI,2006). Ao desempenhar uma gestão satisfatória dos recursos naturais, ela minimiza o desperdício, reutiliza os resíduos e colabora para o desenvolvimento sustentável através de processos e rotina na Universidade tornando-se exemplo de gestão para a sociedade.

Dando importância sobre as ações que contribuam com a promoção do desenvolvimento sustentável, as IES devem não somente pautar essas políticas como também colocá-las em prática no próprio campus, extinguindo todas as formas de desperdícios assim como investindo na sensibilização das comunidades circunvizinhas pela adoção de medidas sustentáveis (ARAÚJO; FREITAS; ROCHA,2017).

Diante o exposto, a ocorrência de danos ambientais intensifica a importância da restauração ambiental imediata. Partindo do pressuposto de que a Universidade desenvolve um importante papel no processo de gestão ambiental é preciso o desenvolvimento de medidas e ações para serem adotadas no âmbito acadêmico com o intuito de desenvolver reflexão sobre uma gestão sustentável, este estudo tem a finalidade de analisar quais são as práticas sustentáveis aplicadas pelos gestores públicos na Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa, e colaborar com os avanços na minimização dos impactos ambientais causados pela ação do homem, o estudo pretende responder ao seguinte problema de pesquisa: **quais as práticas sustentáveis realizadas no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa?**

## 1.2 OBJETIVO

### *1.2.1 Objetivo geral*

Analisar as práticas sustentáveis executadas no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande campus Sousa, com base na percepção dos gestores.

### *1.2.2 Objetivos específicos*

1. Identificar as práticas sustentáveis que contribuam para o desenvolvimento sustentável no âmbito do CCJS
2. Aplicação de um questionário adaptado do método M.A.I.S (Método de Avaliação de Indicadores de Sustentabilidade Organizacional) para identificação de práticas sustentáveis na Universidade.
3. Sugerir ações aos gestores da UFCG campus Sousa para melhoria da gestão pública com a finalidade de torná-la mais sustentável.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

A preocupação com os ecossistemas tornou-se um assunto de grande relevância nas últimas décadas. As modificações ambientais causadas pelas ações antrópicas refletem significativamente na vida do planeta Terra, desordenando suas condições e qualidade de vida (AGRA FILHO, 2008). O Aumento no número de queimadas no Brasil contribui para a potencialidade do efeito estufa, isso se dá pelos altos níveis de dióxido de carbono concentrados na atmosfera o que aumenta os efeitos do aquecimento global. Desmatamento, poluição dos mananciais, desertificação de áreas de florestas, diminuição de matas ciliares potencializam esses efeitos e contribuem para o desequilíbrio ambiental o que refletem negativamente na saúde e no bem-estar da sociedade (RIBAS et al; 2017). Todas essas ações são causadas pelas organizações que diretamente ou indiretamente contribuem para esse distúrbio ambiental.

Toda ação humana produz resíduos, não somente as grandes indústrias são responsáveis, embora sejam os principais responsáveis pela produção de grande parte desses poluentes, as organizações Públicas como as universidades também geram uma diversidade de poluentes líquidos e sólidos que agravam a atual situação do meio ambiente (DRUZZIAN; SANTOS, 2006). De acordo com Silva (2005), a gestão é um meio indispensável para o desenvolvimento social, apesar de encontrar desafios na globalização e fatores que intervêm na sustentabilidade. Contudo, é importante que a gestão encontre artifícios para compatibilizar aspectos sociais,

ambientais e econômicos com o propósito de desenvolver uma sociedade sustentável assegurando o bem-estar da presente e futura geração.

São necessárias mudanças para reverter essa crise ecológica. Medidas socioeducativas e práticas ecológicas em larga escala são cruciais para a reversão gradativa deste cenário. As Instituições de Ensino Superior (IES) possuem um papel fundamental na implantação dessas ideias, uma vez que parte da formação social dos indivíduos é construída no ambiente acadêmico (ARAUJO; FREITAS; ROCHA,2017). Nesse mesmo viés Machado et al. (2017) corrobora dizendo que as Universidades fazem parte da solução desse problema pois, ao adotar práticas e políticas de desenvolvimento sustentável atua como precursora de uma postura crítica e responsável, assumindo um compromisso com a proteção e melhoria do meio ambiente. Semeando a conscientização e evolução da sociedade por meio da educação.

As Universidades Públicas possibilitam o acesso à educação para milhões de brasileiros, incluindo-os em suas pesquisas e extensão propõem o desenvolvimento da capacidade e inovação para a contribuição na evolução científica e econômica local, regional e nacional (PACHECO, 2010). As Universidades Públicas elaboram ações em vários setores na sociedade como saúde, cultura, educação entre outros, essa conexão entre alunos e sociedade causa grande resultados e transformação na região que ela está localizada (KOGLIN; KOGLIN,2018). A educação é ponte necessária para atribuir seriedade nas questões ecológicas, mudanças através do ensino-aprendizagem que favoreceram o meio ambiente a médio e longo prazo.

Os problemas ambientais requerem do gestor público uma conduta que proporcione sustentabilidade e preservação do meio ambiente em suas decisões. Lacerda et al. (2013) contribuem afirmando que os conceitos e práticas sustentáveis devem ser aplicados tanto nas aulas ministradas quanto na estrutura física a partir do administrante da Universidade, e que juntos condicionam ao desenvolvimento sustentável. O fornecimento dessas técnicas ambientais dentro da própria comunidade acadêmica através da educação ambiental evidencia aos alunos a sociedade a pensar sobre as consequências de suas ações para o meio ambiente assim como, norteando-os para práticas conscientes.

Conforme o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INEP) existe 108 Universidades públicas no Brasil, 7 delas localizadas no estado da Paraíba. Algumas dessas Universidades efetivam práticas sustentáveis isoladamente tais como: a UFCG campus Campina Grande realiza as compras sustentáveis na qual dispõe de uma preocupação maior com a escassez dos recursos naturais (FILHO, 2017). A UFCG campus Pombal introduziu um sistema de usinas fotovoltaicas utilizando energia limpa e sustentável (SILVA,2018), entre outros. Dessa maneira, seria necessário que as IES de forma coletiva adotassem programas e ações

sustentáveis por meio da gestão responsável adotando uma política institucional fundamentada na sustentabilidade de todas as instituições e na redução dos impactos ambientais causados pelo próprio campus. Tais ações influenciam a prosperidade econômica, política e conscientização social, conduzindo a melhoria da vida humana e do planeta.

Logo, a revolução em benefício da sustentabilidade nas Universidades acompanha a importância da admissão de ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável em todas as suas faces de atuação. Portanto, esse estudo de caso tem o objetivo de contribuir com o avanço da gestão pública sustentável nas IES, especificamente a Universidade Federal de Campina Grande campus Sousa, em face de conhecer a importância das práticas sustentáveis e a conscientização socioambiental promovidas pela gestão por meio da educação, como ferramenta de transformação ambiental, servindo de modelo para as organizações públicas do mesmo do mesmo segmento ou outras sendo elas públicas ou privadas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Responsabilidade ambiental na Administração Pública.

A questão ambiental no Brasil, iniciou na década de 60 após o grande crescimento urbano, devido a globalização e a urbanização desalinhada surgiu a importância e necessidade de criar um novo modelo de desenvolvimento (BARBOSA, 2008). A sustentabilidade tornou-se uma questão mundial e vem sendo debatida cada vez mais dentro das organizações, pois ela é um dos condutores para a contribuição da preservação dos recursos minerais e naturais do meio ambiente e garantia de futuras gerações no planeta. Segundo Almeida (2002), uma empresa para se tornar sustentável e competitiva é necessário que procure por ações que priorizem a ética e o respeito com o meio ambiente, com a diminuição da poluição do ar e a utilização de forma prudente dos recursos naturais disponíveis. A gestão sustentável vem ganhando cada vez mais destaque como estratégia de negócios, devido a degradação ambiental o mercado consumidor tem preferido organizações que buscam pela representatividade das questões socioambientais (DAL FORMO, 2017).

Devido a imposição exercida pela sociedade sobre a degradação do planeta, as organizações optaram a modificar o seu modelo de gestão para atender a certificação de qualidade ISO-9001 e a certificação ambiental ISO-14001, atribuindo em sua gestão práticas sustentáveis (CALARI; SILVA; NUNES, 2017). Lucky (2006, p.37), corrobora “gestão é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho; é a capacidade de gerenciar as relações sociais, pessoais e econômicas”. É nesse sentido que uma gestão sustentável se estabelece como ponte para equilibrar a satisfação dos gestores de uma empresa diante da responsabilidade das suas decisões resultando na diminuição dos impactos ambientais.

A sustentabilidade organizacional segundo Araújo et al. (2006) são as práticas realizadas pelas empresas com o objetivo de diminuir a degradação do meio ambiente, empreendendo economicamente sustentável e atingido as necessidades dos *seus stakeholders*. A sustentabilidade está relacionada com os aspectos sociais, econômicos e ambientais. Segundo Paz; Kipper (2016), esses elementos são conhecidos como *Triple Bottom Line* (TBL) criado por Elkington (1994) com o propósito de guiar as decisões das empresas mantendo lucratividade, sustentabilidade econômica e a sustentabilidade social através de atividades correlacionadas a cultura, lazer, educação e justiça social. As organizações mais complexas dispõem de grande

interação com e o ambiente e a comunidade na qual a empresa está introduzida e essas atividades realizadas e a responsabilidade na sociedade, e atua como método de mudanças comportamentais perante a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico e social.

A ampliação das leis e a regulamentações voltadas para a preservação ambiental, ocasiona a busca das gestões por um modelo no qual priorize as práticas adequadas ambientais e a produção benéfica para a natureza (OLIVEIRA ET AL.,2012). Agir de maneira sustentável passou a ser não apenas uma estratégia para as organizações, mas, se tornou uma questão de permanência no mercado de trabalho. A alta administração é responsável por iniciativas sustentáveis que resultam na redução dos custos, aumento produtivo e comprometimento socioambiental (CLARO; CLARO; AMANCIO, 2008). A elaboração de práticas sustentáveis nas organizações influencia na cultura e no comportamento das empresas, tendo em vista que, os problemas encontrados internos e externos não se resumem apenas em econômicos, mas, sociais e ambientais pela escassez da matéria prima pelo mal-uso dos recursos. Kusch; Moya; CNPq (2014) afirmam que, do mesmo modo que essas ações sustentáveis contribuem para o desenvolvimento econômico das empresas ela passam a ser um fator de melhoria para a administração dos recursos proporcionando o desenvolvimento social garantindo uma melhor qualidade de vida humana.

Como consequência das transformações ambientais, as organizações encontram desafios para implementar o modelo de gestão sustentável, perante ao dever de mudanças necessárias a norma NBR ISO 14001, associado a uma gestão ambiental, propõem reduzir os impactos ambientais regulando as instalações (JUNIOR ET AL, 2012). A norma NBR 14000, que engloba a norma NBR ISO 14001 foi criada com o intuito de incorporar a variável ambiental na gestão organizacional, aprimorando a performance ambiental na qual responda a legislação vigente (ALBERTON; JUNIOR, 2007). A norma ISO 14001 é reconhecida internacionalmente para identificar se existe um sistema de gestão ambiental. (SGA) nas organizações.

Adequar a organização de acordo com a legislação ambiental é uma tarefa árdua tanto para as privadas que possuem maior independência, quanto para as públicas que são regidas pelos governos federais e estaduais. A gestão pública tem grande importância nas mudanças para o progresso de sustentabilidade, devido ao grande consumo de insumos serem provenientes do governo federal, eles por sua vez, precisam incentivar o mercado a dotar novos hábitos de consumo consciente (COGO, 2011). As questões ambientais nas esferas públicas dependem das

ações governamentais que priorizem o desenvolvimento sustentável, a conservação e a biodiversidade do meio ambiente.

Como políticas públicas para o desenvolvimento dos países e preservação dos ecossistemas, em 2000, por meio da declaração do milênio das nações unidas 191 países firmaram um documento no qual países se unem em propósito do desenvolvimento dos menos favorecidos e essa declaração demonstra os esforços dos países estabelecendo 8 objetivos do desenvolvimento do milênio (ODM) contendo 21 metas analisados por meio de 60 indicadores para o desenvolvimento nos âmbitos como: meio ambiente, direitos humanos, das mulheres, saúde entre outros (VENÂNCIO, 2015). Com base na ODM a agenda pós-15 conta com uma amplitude de desenvolvimento universal, tornando-se a ampliação da ODM. Assim como a ODM o desenvolvimento sustentável (ODS) abrange objetivos que lidam com maior transparência a preservação ambiental, redução da desigualdade, sustentabilidade na produção/consumo, na equidade de gênero entre outros, são 17 objetivos e 169 metas a serem conquistada até 2030 (ASHLEY, 2015).

No Brasil, como instrumento de desenvolvimento sustentável o Ministério do Meio Ambiente fundou o programa Agenda Ambiental na Administração (A3P) que propõe sensibilizar os gestores sobre a implantação de medidas de uma gestão ecologicamente correta, com objetivo primordial com a economia, reduzir o consumo e viabilizar o destino correto dos resíduos (CAVALCANTE, 2012). Essa adoção de medidas é de caráter opcional, toda via, esse programa traz benéficos em todos os aspectos, suprimindo as reivindicações da sociedade por uma gestão mais limpa e sustentável. Podendo ser aplicadas em todas as organizações.

Tais ações propostas pelo governo federal podem ser aplicadas nas instituições que são consideradas responsáveis pela formação e qualificação dos profissionais do futuro. Viegas; Cabral. (2014). O reconhecimento que as IES têm para a sociedade como propagador de conhecimentos e informações deve ser aproveitado para a construção de uma civilização mais sensível e consciente com o meio ambiente. E para que isso seja possível as IES necessitam introduzir os princípios e práticas ambientais em sua gestão alcançando todos os níveis. (TACHEM; BRANDLI, 2006).

## **2.2 Sustentabilidade ambiental nas Instituições de Ensino Superior.**

O termo sustentabilidade é atribuído usualmente as questões ambientais. Porém, ela abrange também o meio social, econômico, empresarial e ecológico. As universidades funcionam como auxiliadora na construção do cidadão, por essa importância para com o futuro

da sociedade ela é cobrada a ter uma responsabilidade ambiental perante o cenário atual (PETRELLI; COLOSSI,2006). O corpo docente das IES é essencial e indispensável para conscientizar toda uma sociedade pois, é através do conhecimento passado aos seus alunos que manifestam interesses em hábitos sustentáveis de preservação ecológica (KRAEMER, 2006). A educação ambiental é uma ferramenta que desenvolve na sociedade novos hábitos capazes de minimizar os danos ambientais e essa nova consciência começa dentro das IES cujo o papel é significativo na formação da sociedade científica e intelectual.

As Universidades atuam em três aspectos: educação, pesquisa e na atuação do campus, nesse sentindo além do seu ofício de educar, elas precisam ser referências de boas práticas sustentáveis no próprio campus (ENGELMAN; GUISSO; FRACASSO, 2009). Para Tauchen (2007) as IES possuem dois papéis frente ao desenvolvimento sustentável, um como propagador de conhecimento e formação intelectual da sociedade destacando a educação e o outro reforçando a necessidade de ações sustentáveis executadas pelos próprios campus através da implementação de um sistema de gestão ambiental (SGA). Ensinando através da gestão e a importância da adoção de práticas sustentáveis.

Seguindo o mesmo viés Oliveira (2009), afirma que para prevenir a degradação ambiental é importante que as IES pratiquem ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e adotando um sistema de gestão ambiental no plano diretor dos campi, assinado o comprometimento ambiental. O mesmo autor afirma que as IES como berço do saber precisam estar em condições de preparar o discente a ter uma postura profissional sustentável.

As ações das IES em busca do desenvolvimento sustentável começaram no ano de 1992 onde foi realizado uma conferência no Rio de Janeiro que marcou o avanço do desenvolvimento sustentável pela cooperação dos dirigentes, dentre os documentos formalizados está a agenda 21 e declaração do Rio pela carta da terra, apresentando a intenção dos países na implementação de ações sustentáveis (KRAEMER, 2000). Eventos subsequentes também no Rio de Janeiro em 2012 ficaram conhecido como o Rio+20 que sucedeu 20 anos após o Rio-92, esse evento renovou o compromisso político com o meio ambiente (ROHRICH; TAKAHASHI, 2019).

Logo, a conferencia Rio+20 reuniu mais de 300 representantes de IES, de 50 países diferentes que pactuaram com a “Iniciativa de sustentabilidade na educação superior” esse compromisso foi firmado através da organização das nações unidas e Universidade das nações unidas (LANZARIN ET AL.,2018). Quando a sustentabilidade é abordada em esfera educacional, ele ganha força e as IES precisam colaborar através da inovação no ensino, pesquisa e nas ações voltadas ao desenvolvimento sustentável encorajando a consciência ambiental e preocupação com o futuro da nação Frio et al. (2019). As IES em todo o país e no

mundo geram expectativas e são vistas como exemplos para as demais organizações, dessa forma, elas são convidadas pela sociedade a disporem de uma postura responsável perante a degradação do sistema ambiental, adotando um novo conceito de gestão para regressar esses fatos.

As Instituições que desenvolvem boas práticas sustentáveis estimulam aos novos profissionais a incorporação de valores e princípios não só com o meio ambiente, como também em todos os seus campos de atuação, e essas práticas acabam influenciando o ambiente interno tanto quanto o externo criando um efeito multiplicador na sociedade (LANZARIN ET AL., 2018). Neste mesmo viés Chauí (2003) afirma que uma Universidade sustentável facilita aos alunos e os demais terem consciência dos impactos ambientais e a partir dessa percepção e buscarem novas maneiras para agirem ambientalmente corretos. Por conseguinte, a sustentabilidade nas universidades, devem transcorrer entre todas as suas atividades, desde a sala de aula até a alta administração. Diante dos motivos que levam a institucionalizar a sustentabilidade nas Universidades, enfatiza-se o crescimento da consciência da comunidade sobre a seriedade dos impactos ambientais, e a magnitude das declarações que legitima o pacto das IES com o avanço econômico, social e ecológico Ribeiro et al., (2018).

O crescimento sustentável é um obstáculo composto por muitos entraves, e esses por vezes requerem mudanças extremas no comportamento, o que torna o processo vagaroso, a formulação perfeita para a sustentabilidade não existe, mas, cada Instituição pública ou privada deve buscar estratégias que equilibrem o meio ambiental, social e econômico (BARBOSA; BASSETTO et al., 2010). Existem desafios com a gestão e também com o ensino que causam a lenta adesão as práticas sustentáveis. Para Forproex (2012) se precisar de um modelo a ser seguido para adesão de políticas sustentáveis, deve ser especificamente na Universidade pública, que poderá efetuar o seu papel com o desenvolvimento em suas faces éticas, humanas, sociais e ecológica. São essas mudanças que a humanidade almeja e necessita.

Frente a esse contexto, as IES são espaços apropriados e favoráveis para a sensibilização da sociedade perante a degradação ambiental por meio de uma gestão socioambiental. Utilizar a educação para motivar a reflexão sobre a exploração da biodiversidade por intermédio dos docentes gera a construção de uma sociedade sensata e sustentável (CARNIATTO; STENDING, 2015). Almeja-se que as Universidades apliquem modelos de gestão ecologicamente corretos com base nos princípios da sustentabilidade de acordo com os fundamentos ensinados tanto no âmbito educacional, quanto nas regiões circunvizinhanças, conscientizando de forma bilateral.

### 2.3 Agenda Ambiental

O inconsciente uso dos recursos naturais é superior a quantidade disponível nos ecossistemas e o desperdício desses recursos são consequências do capitalismo e da contemporaneidade, que tem colocado em risco as futuras gerações (LIRA; CÂNDIDO, 2013). A degradação ambiental propicia danos severos ao meio ambiente, como o colapso da falta recursos naturais provenientes do descaso por parte da sociedade e o crescimento econômico e social não é harmônico com prevenção da natureza e o efeito dessas ações tornam-se globais (MARTINS, 2007). Em 1997, em Estocolmo, aconteceu a primeira conferência mundial das nações unidas sobre o meio ambiente, onde se reuniram representantes das Instituições em suplica internacional de anos convivendo com o meio ambiente poluído, mas somente em 1992 no Rio de Janeiro/Brasil, as propostas desenvolvidas pela conferência consolidou e então foi legitimada a agenda 21 (OLIVEIRA; MOREIRA, 2011).

A agenda 21 é um documento no qual contem princípios que norteiam diferentes esferas da administração pública, sobre decisões e ações voltadas na construção do desenvolvimento sustentável objetivando o equilíbrio entre justiça social, economia e o meio ambiente (MONTEIRO, 2012). A mesma autora afirma que, somente em 1997 a agenda 21 iniciou com a criação de uma comissão organizadora de políticas de sustentabilidade formada pela comissão do poder executivo federal e social. Dispondo como base nos princípios da agenda 21 global, cada país desenvolve sua agenda 21 com fundação nas necessidades de seu estado, foi o que aconteceu no Brasil em 2002, integrando a sua agenda 21 o Plano Plurianuais do governo federal em 2004 (LUIZ et al., 2013).

Logo, dos 5.557 municípios brasileiros, em 2002, meramente 29,7% havia começado a formulação da agenda 21 local, com o propósito de que as ações definidas pela agenda 21 consigam ser colocadas em execução a favor da sustentabilidade, necessita de estímulo e fiscalização adequada (FEICHAS, GUIMARAES E BEZERRA, 2008). Para Monteiro (2012), É essencial um planejamento de estratégias sustentáveis, dando a devida importância as questões socioambientais, e a agenda 21 traz conceitos em prol do desenvolvimento sustentável, com foco nas áreas ambiental, social e políticas, estimulando resultados positivos a longo prazo.

O ministério do meio ambiente (MMA) em criou um programa designado como Agenda ambiental na Administração Pública (A3P), com base nas declarações do Rio-92, para reformular a produção/consumo e sensibilização dos gestores, afim de adequar a suas atividades

produtivas a responsabilidade socioambiental. (MMA-A3P, 2009). A3P é um programa voltado para iniciativas de um novo modelo de gerenciamento público dos recursos matérias, naturais, sociais e financeiros, no qual esses recursos sejam usados de maneira adequada e sustentável (ALMEIDA; SCATENA; LUZ, 2017). A iniciativa parte do pressuposto de padrões anteriormente definidos, afim de ressaltar a importância da fiscalização também nas organizações públicas, a A3P, é embasada na política dos 5R's reduzir, repensar, reaproveitar, reciclar e Recusar consumir mercadorias que gera degradação ambiental (FREITAS; BORGERT; FISCHER, 2011). Conforme o ministério do meio ambiente (MMA) essas ações não possuem obrigatoriedade legal, mas é proposta aos gestores como forma de sensibilização e percepção para um caminho na redução dos impactos ambientais em todas as esferas governamentais municipal, estadual e federal (FREITAS; BORGET; PFITSCHER, 2009).

Devido aos impactos ambientais do consumo excessivo sobre o meio ambiente, levou ao governo federal se responsabilizar estrategicamente na introdução de medidas e políticas socioambientais que ajuste o crescimento econômico e as condições ambientais (ALVES; PESSÔA, 2019). Compete aos setores públicos administrativos iniciar na sua gestão artificios que tenha como objetivo minimizar os impactos ambientais. Em 2010 através da lei federal nº 12.349, que modificou o artigo 3º da Lei de Licitações nº 8.666/93 incorporando a ela critérios sustentáveis para compras licitatórias públicas, requerendo que as licitações estejam apropriadas com a “promoção do desenvolvimento nacional sustentável” (Teixeira; Azevedo, 2013). Evidenciando um grande avanço no desenvolvimento sustentável no setor de serviços.

Muito são os benefícios decorrentes de uma gestão pública sustentável, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida a sociedade, assegura o futuro da biodiversidade. A A3P demanda do setor público a efetuação de um sistema de gestão ambiental, criando novas atitudes com base no combate ao desperdício, redução dos gastos, reutilizações dos resíduos e otimização dos recursos reduzindo eficientemente os efeitos dramáticos ambientais (ARAÚJO; LUDWIG; CARMO, 2013). Refletindo como forma de motivação e mudança por parte dos gestores e da sociedade na adoção condutas conscientes. Barata; Kligerman; Minayo-Gomez, (2007), colabora assegurando a importância que a A3P esteja em compatibilidade com as condições ambientais legais para a sua apta efetivação, para isso, é primordial que exista um rígido empenho e comprometimento do setor público administrativo para colocar em execução as modificações sustentáveis recomendadas pela agenda. Dessa forma, as políticas públicas representam canais vitais para a sustentabilidade, e as organizações devem seguir essas diretrizes de forma correta para a sustentabilidade empresarial (ALVES; PESSÔA, 2019).

## 2.4 Educação Ambiental nas IES

A educação ambiental (EA) é apresentada como um caminho de mudanças para levar a sociedade a refletir sobre suas ações de preservação da diversidade biológica (LIMA, 2008). Conforme Dias (2004), compete a educação ambiental viabilizar conhecimentos para desenvolver valores éticos, econômicos e estéticos, com o objetivo de prevenir e melhorar os ecossistemas, assim como, desenvolver habilidades que possam gerar soluções eficazes para o combater dos problemas ambientais. A EA ensina aos indivíduos a assumir posturas responsáveis e conscientes.

Em 1981, foi aprovada a Política Nacional de Meio ambiente que designou a inclusão da educação ambiental deve transpor em todos os níveis educação e a constituição federal (1988) determinou que, a EA é um dever do estado e direito de todos (CARVALHO, 2019). Só em 1997, com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PNC) pelo ministério da educação (MEC) que foi criado para apoiar projetos educacionais, organização das aulas e matérias didático, e qualificação aos professores para legitimar através da educação as questões ambientais, contemplando em várias áreas do conhecimento. (PINHEIRO; NETO; MACIEL, 2021).

No ano de 1990, foi assinado a declaração de Talloires, na França, por 20 dirigentes de IES, foi a primeira declaração assinada por gestores acadêmicos, a declaração afirma que as IES têm um papel significativo na educação da humanidade e possuem conhecimentos necessários envolver-se na solução de problemas ambientais (MARINHO, 2014). A atividade educativa sobre as questões ambientais no Brasil enfrenta grandes desafios, mas, essa declaração foi um grande avanço para a inserção da educação ambiental na sociedade como forma de ensino/aprendizagem. Vale ressaltar que no Brasil, em 2002, foi regulamentada pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) a Lei Federal Nº 9.795 consolidando EA como componente essencial na formação de valores da sociedade perante a conversação ambiental (DORNFELD, 2019).

O processo de conscientização da utilização dos recursos, precisa estar nítido em todas as tarefas da sociedade, sendo a educação a principal ferramenta para alcançar esse novo comportamento. Nas Universidades tem sido expressivo progresso de formações de especialistas ambientais, seja na Pós-graduação, no mestrado ou doutorado. Formam hoje um conjunto de programas multidisciplinares, aptos a atuar em diferentes ênfases ambientais (CARVALHO, 2017). A mesma autora continua seu pensamento afirmando que, a EA tem sido um importante interventor entre os campos educacionais e ambientais expondo problemas

causados pela globalização, desigualdade entre o consumo os recursos naturais, trazendo reflexões para construção de novos valores educacionais ecológicos nessa e nas futuras gerações.

Contudo, referindo-se as Instituições de Ensino Superior, o programa nacional de educação ambiental (ProNEA) substancia o papel das IES como espaço de propagação de informações e conhecimentos no qual a educação ambiental deve ser abordada no ensino, pesquisa e extensão para total formação acadêmica (ALENCAR; BARBOSA,2018). Seguindo o mesmo raciocínio, Freitas; Souza; Silva (2012), afirma que a educação ambiental contribui para a consciência de ações corretivas e preventivas dos discentes para com o meio ambiente, e quando bem aplicada, reflete na transformação e construção de uma sociedade mais coerente e ambientalmente responsável.

É necessário ressaltar que a EA precisa estar inserida em todas as áreas da sociedade e que através dos processos de educação desenvolvam a recuperação dos valores e a participação no processo de redução dos impactos socioambientais de forma individual e coletiva (SANT'ANA; MULLER; KALLÁS, 2019). Logo, a educação é a edificação dos valores éticos, culturais e intelectuais da sociedade.

O processo de EA implantada no campo acadêmico, estreita a relação de homem e a natureza transformando a oportunidade pedagógica em condição para o desenvolvimento socioambiental exercendo a cidadania com consciência (SANTOS; SILVA, 2017). A educação ambiental também é responsável pela relação teoria e prática de ações sustentáveis. Ela por sua vez, possibilita entender os problemas sociais provenientes do esgotamento dos bens e recursos naturais e incentiva as novas gerações a incorporar medidas sustentáveis que auxiliem no processo de transformação das relações socioambientais (SAVIANI; 2013).

### **3 METODOLOGIA**

A presente pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Sousa e teve como objetivo analisar o comportamento dos gestores em relação as boas práticas de desenvolvimento sustentável realizadas na Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis, além de identificar como a atuação de uma gestão pública sustentável pode contribuir para a formação de uma sociedade mais consciente e responsável com as questões socioambientais. A seguir serão apresentados os métodos que foram escolhidos para aplicação desta pesquisa.

#### **3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA**

A presente pesquisa se configura como um estudo de caso que tem como abordagem qualitativa, onde buscou identificar através de informações adquiridas junto aos gestores da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis (UACC) as ações sustentáveis executadas pela gestão atual. Segundo Gonçalves; Sá; Caldeira, (2005) estudo de caso é um procedimento característico de uma investigação qualitativa e tem um forte caráter descritivo que segue um extenso alcance analítico.

##### **3.1.1. Quanto aos fins**

A pesquisa se classifica como exploratória e descritiva por se tratar de uma investigação sobre atitudes sustentáveis realizadas na UACC. Segundo os autores Raupp; Beuren, (2006), a pesquisa exploratória corresponde a investigação e aperfeiçoamento de uma determinada temática colaborando com a explicação das questões abordadas sobre o assunto. A pesquisa descritiva tem como propósito buscar a resolução de problemas aperfeiçoando as práticas através da observação, análise e descrições, por meio de entrevistas com peritos para a legitimação da temática. De acordo com Gil (2008), as pesquisas descritivas vão além do reconhecimento da subsistência das variáveis e acabam proporcionando uma nova visão do problema em convergência com a exploratória são as mais requisitadas por Instituições educacionais, constituindo como forma de um levantamento.

### 3.1.2 quanto aos meios

A pesquisa tem o caráter bibliográfico. Segundo Fontelles et al., (2009) essa pesquisa tem como base materiais já publicados, oferecendo suporte para todas as fases de elaboração da pesquisa. E para a construção dessa pesquisa foram estudados e analisados livros e artigos relacionados ao tema, com o intuito de contribuir com o aprofundamento crítico sobre a temática, além de dar embasamento para a discussão teórica.

### 3.1.3 Universo

A presente pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Campina Grande Campus de Sousa, localizada no alto sertão paraibano, pela sua importância e contribuição na formação de profissionais e sua representatividade na educação superior para o desenvolvimento da região. Optou por pesquisa de maneira mais aprofundada as ações desempenhadas no âmbito da UACC, sendo composta pelos Cursos de Administração e Ciências Contábeis.

O Curso de Administração completou no ano de 2021, doze anos de existência, formando mais de mil profissionais durante este período. Hoje o Curso possui um quadro de professores efetivos e substitutos Mestres e Doutores e por isso ganha notoriedade diante dos demais cursos do Nordeste. Hoje o Curso também possui a Especialização em Administração Pública Municipal e planeja a abertura de novos cursos de graduação e Especialização.

O curso de Ciências Contábeis foi introduzido no ano de 2002 completando dezenove anos de sua existência, formando profissionais capacitados e qualificados preparados para o mercado de trabalho. O seu quadro de professores formado por mestres e doutores em várias áreas de atuação. O curso não traz apenas a graduação em bacharel em Ciências Contábeis, mas também proporciona o desenvolvimento econômico e educacional da cidade de Sousa

Por conseguinte, esse estudo considerou a Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis (UACC) como universo da pesquisa, buscando aplicá-la diretamente com os três responsáveis pela coordenação dos cursos e coordenação administrativa.

## **3.3 Instrumento de coleta de dados**

O instrumento definido para a pesquisa foi um questionário aplicado junto ao Coordenador da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis e Coordenadores dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Para a construção do instrumento utilizou-se uma

adaptação do formulário do Método de avaliação dos Indicadores de Sustentabilidade Organizacional (M.A.I.S), criado por Oliveira (2002). Esse método foi criado para avaliar as práticas sustentáveis realizadas pelas organizações pela concepção dos gestores em quatro dimensões (cultural, econômica, social e ambiental), e partir dessas informações obtidas buscou-se verificar o nível de sustentabilidade na organização que se pretende pesquisar. A proposta do método M.A.I.S. criado por Oliveira (2002) combinado com os indicadores de sustentabilidade dos autores Tauchen e Brandli (2006). Tendo em vista, que se trata de uma pesquisa efetuada em uma IFES e por esse motivo enquadra-se à realidade da instituição pesquisada.

O questionário teve como objetivo verificar a partir da percepção dos coordenadores e diretores as iniciativas e boas práticas sustentáveis realizadas no campus, e partir das informações obtidas, foram analisadas todas as ações da gestão atual diante das quatro dimensões aplicadas: social, ambiental, cultural e econômica. Em cada dimensão foram abordados cinco indicadores, totalizando vinte indicadores recebendo a pontuação de zero a três conforme o quadro um apresentado a seguir. Cada indicador foi analisado em três momentos: a elaboração ou existência de política ou procedimento (E), implementação do planejamento ou procedimento adotado (I), e o processo de verificação ou controle adotado na busca de melhoria nos processos de gestão (V).

**Quadro 1** – Pontuação correspondente aos indicadores de sustentabilidade

<b>Pontuação</b>	<b>Significado “E”</b> Existência do Indicador	<b>Significado “I”</b> Implantação do procedimento	<b>Significado “V”</b> Oportunidades de melhorias
Zero	Inexistência do indicador	O indicador não está implantado	Não existe verificação e/ou controle do indicador
Um	Significando que o indicador existe na organização informalmente, isto é, não há registros documentados sobre sua forma de aplicabilidade	O indicador está implantado em 30%	É verificado de forma informal
Dois	Significando que o indicador existe formalmente, está registrado, mas não é praticado no dia-a-dia na organização	O indicador está implantado em 70%	É verificado, mas não serve de instrumento para ações corretivas ou preventivas
Três	Significando a existência do indicador, sendo que o mesmo faz parte formal da política da organização, sendo praticado e conhecido por todas as partes interessadas. Há comprometimento da organização com a sua práxis	O indicador está implantado em sua plenitude	É verificado e serve de base para o melhoramento contínuo da organização em busca da excelência organizacional

**Fonte:** Elaborado a partir de Oliveira (2002)

O modelo de Oliveira (2002) consta 10 indicadores para cada dimensão analisada, para essa pesquisa na UGCG campus Sousa foram analisados apenas 5 indicadores para cada dimensão, a adaptação ocorreu conforme a realidade na Instituição pesquisada.

### **3.4 Tratamento dos dados**

Os dados coletados foram estruturados em planilhas do *Microsoft office Excel*, usando como parâmetro de análise os tópicos estruturados do questionário, gerando gráficos que auxiliam na comparação e compreensão dos resultados.

## **4. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **4.1 Sustentabilidade na UFCG na percepção dos gestores.**

O presente tópico tem como objetivo apresentar os dados coletados através da pesquisa aplicada junto ao Coordenador da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis e aos Coordenadores do Curso de Administração e Ciências Contábeis, analisando as percepções quanto à Gestão Sustentável baseada em quatro dimensões: social, ambiental, econômica e cultural. Dentro de cada dimensão serão analisados cinco indicadores que serão apresentados a seguir.

#### **4.1.2 Dimensão social**

O indicador “Ética Organizacional” diz respeito a como os gestores tratam as pessoas, os recursos econômicos e ambientais na Unidade. Os três respondentes afirmaram a existência deste indicador, porém, não houve implantação e tampouco processo de verificação, sendo atribuído a nota zero pelos três respondentes.

Ter ética no ambiente corporativo é respeitar uns aos outros, suas diferenças, hábitos e costumes e construindo um ambiente corporativo harmônico. A ética organizacional consiste em atribuir princípios éticos as atividades elaboradas dentro da organização, com a finalidade de conduzir os colaboradores a se comportar de maneira adequada para com os clientes e demais pessoas (DE ANDRADE 2012). A ausência desse indicador na Universidade deixa vulnerável

a formação do indivíduo, pois é por meio da educação que se constrói uma sociedade consciente e justa.

O indicador “Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas” são as ações voltadas ao aprimoramento profissional dos servidores para o melhoramento das atividades dentro da Unidade Acadêmica. De acordo com dois respondentes é um indicador que existe formalmente e que se encontra implantado na Universidade e apenas um coordenador acusa a inexistência, atribuindo a nota zero para os três requisitos. O desenvolvimento de pessoas é de suma importância para a Universidade pois é através da capacitação que os indivíduos adquirem motivação para aperfeiçoar suas habilidades. Tendo em vista, que a ausência desse indicador impossibilita o corpo docente desenvolver novas técnicas e aperfeiçoar seu trabalho para que exista um desenvolvimento educacional da Universidade.

Construir uma sociedade para que se torne ambientalmente consciente só será possível por intermédio da educação, por isso, os professores precisam desenvolver suas capacidades através de projetos de aperfeiçoamento, trabalhos coletivos e processos de ensino e aprendizagem trabalhados na formação da educação ambiental. A ausência desse indicador na Instituição compromete a formação ambiental de todos os setores da educação.

No que diz respeito ao indicador “Programas para melhoria da qualidade na UFCG” são ações voltadas ao aprimoramento profissional dos servidores para o melhoramento das suas atividades. Os três coordenadores responderam que existem projetos para a melhoria do campus e que inclusive são aplicados, contudo é inexistente a sua verificação atribuindo a nota zero. Os Programas voltados para a melhoria na organização são importantes pois, quando implantados melhoram gradativamente a qualidade do ambiente organizacional contribuindo para o desenvolvimento dos seus colaboradores (BÜHLER, DA SILVA 2010). Percebe-se o quanto é importante que este indicador esteja em pleno funcionamento para que exista um desenvolvimento da organização, que deveria obter um resultado superior ao observado nesta pesquisa.

Com relação ao indicador “Projetos sociais” são ações de extensão voltadas a atender as demandas da comunidade acadêmica. Nesse indicador houve uma divisão de opiniões, dois respondentes atribuíram nota um em relação ao quesito existência do indicador apontando que o indicador existe na organização informalmente, isto é, não há registros documentados sobre sua forma de aplicabilidade. Assim como atribuíram nota dois para a sua implantação apontando que o indicador está implantado cerca de 70% na instituição. Logo o terceiro respondente atribuiu nota zero para existência e implementação. No quesito verificação os três acreditam que não existe a verificação do indicador com atribuição da nota zero.

Apesar de existir uma preocupação com o desenvolvimento de projetos sustentáveis na Unidade, é necessário que a mudança aconteça junto a elaboração de projetos voltados para estimular a consciência ambiental na compreensão dos impactos socioambientais causados pelas atividades do próprio Campus. A implantação de projetos de extensão voltados as questões ambientais possibilitam ao aluno e os demais componentes do projeto a troca de valores entre a Universidade e a comunidade, conhecendo as problemáticas ambientais e de forma educativa buscar soluções possíveis para a sua resolução. Em concordância com Mendonça e Silva (2002) os projetos de extensão universitária contribuem para as soluções de problemas socioambientais, sendo indispensáveis para a formação do aluno e no desenvolvimento do professor. A sustentabilidade é algo a ser conquistado diariamente, e isso só será possível através da implantação de Políticas Públicas ambientais.

Complementando a dimensão social o indicador “Guia com Boas Práticas Sustentáveis” diz respeito à orientação sobre a conduta para as práticas de gestão sustentável na comunidade acadêmica. Este indicador obteve pontuações entre dois e três para a existência, neste caso os gestores pressupõem que a sua implementação é formalizada no campus com a atribuição das notas dois, contudo, é inexistente um processo de verificação e controle do mesmo.

O guia de boas práticas tem como objetivo auxiliar o contribuinte no cotidiano da organização introduzindo elementos de práticas sustentáveis (ZULIAN,2015). O guia auxilia no direcionamento e na utilização dos recursos naturais para satisfação das nossas necessidades sem comprometer as gerações futuras. A formulação desse guia pode assessorar no consumo de água, na reutilização da água, controle do consumo de energia, utilização do material reciclável entre outras. Tendo em vista, a importância não só da existência desse guia para a orientação de toda a instituição como da implementação e verificação do mesmo em todas as universidades.

#### **4.1.3 Indicadores da dimensão ambiental**

Os indicadores ambientais receberam as piores notas de toda a pesquisa. Na questão “Política de gestão ambiental” correspondente as ações que tenham como objetivo a redução do consumo de energia, práticas para evitar o desperdício de água, incentivando o consumo consciente e a reciclagem dos resíduos. Os respondentes atribuíram nota dois para a existência e implantação, entretanto, deram nota zero para a sua verificação, ou seja, os respondentes reconhecem a importância do tema e da necessidade de serem trabalhadas novas práticas, porém, sua execução e controle são informais e essa vulnerabilidade pode impacta

negativamente na adoção de práticas de gestão. Ainda que a educação seja considerada o pilar do desenvolvimento socioambiental, ela sozinha não alcançará a plena sustentabilidade, é preciso trabalhar em sintonia com um sistema integrado de Gestão Ambiental.

Os autores Tinoco e Robles (2006) definem a Gestão Ambiental como a junção da estrutura organizacional com a execução responsável de todas as atividades realizadas na organização afim de manter uma política ambiental na qual reduza ou elimine os impactos negativos causados por essas atividades. Como é o caso da Universidade Federal de Campina Grande campus Pombal, que inseriu no seu campus uma usina fotovoltaica tendo como estratégia o aproveitamento do clima semiárido, reduzindo custos e usando energia limpa e sustentável (SILVA, 2018).

Seguindo a mesma linha de raciocínio a autora De Resende (2012), evidencia a importância da implantação de um sistema de Gestão Ambiental com a finalidade de desenvolver uma identidade ambiental na Universidade bem como um planejamento local desenvolvido a partir das necessidades de cada instituição observadas pela administração.

Foi possível reconhecer que no indicador “Auditoria Ambiental para indicar Melhorias onde necessário” processos para a verificação de práticas e condutas sustentáveis na organização, obteve o pior resultado, os três respondentes atribuíram nota zero aos três requisitos, apontando que o indicador não existe e por isso não está implementado e tampouco há um processo de verificação/controle. Depreende-se que por mais que a questão ambiental tenha ganhado maior visibilidade e reconhecimento por parte das Instituições e teóricos da área, a sua aplicabilidade ainda é incipiente.

A auditoria ambiental é utilizada como ferramenta para o controle de políticas de práticas sustentáveis buscando a preservação do meio ambiente diante dos efeitos antrópicos (NASCIMENTO, 2010). É preocupante que uma instituição no qual seja vista como exemplo para a construção de uma sociedade mais consciente ter resultados negativos nesse critério de avaliação. Os gestores precisam estar gradualmente mais comprometidos com os riscos e com os impactos ambientais e é através da auditoria que os gestores podem identificar problemas na instituição e partir disso traçar mecanismos para a resolução desses problemas em conformidades com a legislação ambiental.

Com relação ao indicador “Controle e resíduo do consumo da água” corresponde a supervisão do consumo e reuso da água no Campus. Apenas um respondente atribuiu nota um aos três requisitos e os dois respondentes atribuíram nota zero para sua existência, implantação e verificação do consumo da água e o seu reuso. O que é preocupante pois o Campus está localizado no interior do sertão da paraíba, região de clima predominantemente semiárido, com

períodos prolongados de estiagem. Algumas Universidades possuem um sistema de tratamento para águas residuárias como é o caso da Universidade Federal de Lavras (UFLA), além de tratar a água do consumo consciente, a instituição, por meio de uma estação de tratamento da água, reutiliza a água e revitaliza as nascentes criando barragens para o abastecimento da instituição conforme o seu crescimento.

Por mérito dessas práticas sustentáveis, ela é reconhecida como a Universidade azul, recebendo o certificado de *Blue University*, segunda Universidade do mundo a ser referência em gestão de águas. Água é uma riqueza hídrica que possibilita o desenvolvimento mundial por ser ela tão indispensável para a sobrevivência humana precisa de uma preocupação maior diante do seu consumo. A gestão deve não apenas criar projetos voltados para o consumo consciente como implantá-los. Sua reutilização pode ser por meio de aparelhos climatizados, diminuição do uso da água potável para serviços como limpeza da Universidade, jardinagem e sanitários.

Ainda no indicador ambiental “Gestão de resíduos” para verificar se há existência e/ou atuação de programa de reciclagem ou gestão de resíduos. Com relação a esse indicador um dos respondentes atribuiu nota um para existência, significando que o indicador existe na organização informalmente e que não há documentação sobre sua implementação, atribuindo desta forma nota zero para a implantação e a verificação. Os outros dois respondentes atribuíram nota zero para os três requisitos. Com esse resultado pode-se perceber que não existem programas voltados para a reciclagem dos resíduos. A falta de tratamento de resíduos na UFCG campus Sousa-PB acarreta vários problemas como: uma grande quantidade de resíduos acumulados sem destinação correta e sem ser reutilizados gerando escassez desses produtos, escassez econômica por gerar custos elevados e a escassez educacional por não demonstrar aos alunos e demais colaboradores da Instituição uma gestão cuja a preocupação é diminuir os impactos ambientais.

Em virtude da preocupação referente à escassez dos recursos, em junho de 2010 foi aprovado pelo congresso nacional e sancionado pela Presidência da República em forma de lei a Política Nacional de Resíduos Sólidos de Nº 12.305. Segundo esta lei, em síntese, a organização deve responsabilizar-se pelo destino adequado dos resíduos, promovendo o seu máximo reaproveitamento para que quando retornar ao meio ambiente esses resíduos não causem danos à saúde humana e ambiental. (MOREIRA et al.,2016).

Finalizando o indicador ambiental com a “Utilização de papel reciclado” que corresponde a um regulamento interno sobre o consumo e reutilização do papel. Um coordenador atribuiu nota zero para a existência e verificação. Os outros dois coordenadores

atribuíram nota um para sua existência e implantação contudo, concordaram que não existe uma verificação do indicador na unidade acadêmica de ensino atribuindo nota zero ao requisito.

Pode-se então perceber acerca desse resultado que há uma preocupação na utilização e reciclagem do papel entretendo não é uma política sustentável implantada e verificada. Quando há uma reutilização desse papel, a organização deixa de gerar uma quantidade enorme de resíduos, reduz a devastação vegetal que é feita para a confecção do papel, poupa água e vários outros recursos que são essências e estão cada vez mais escassos. há várias maneiras de diminuir esse consumo excessivo de papel como utilizar métodos que armazenem o conteúdo digital, com isso minimizaria a quantidade de papel que é impresso ou até mesmo utilizar os rascunhos para a confecção de blocos de notas. Mostrando essa postura de reutilização do papel a Instituição mostra um compromisso com o meio ambiente e serve de exemplo para as demais organizações.

#### **4.1.4 Indicadores da dimensão econômica**

No que diz respeito ao indicador “Definição de Metas e Objetivos” diz respeito a formalização de metas e objetivos na gestão organizacional. Houve divergência de opiniões entre os coordenadores, o primeiro atribuiu nota um para os requisitos, outro atribuiu nota dois para os três requisitos e o terceiro atribuiu nota zero para os três requisitos. É de fundamental importância que toda a organização estruture as suas metas e objetivos com a finalidade de traçar o planejamento estratégico, assim, o gestor e todos os demais servidores poderão caminhar na mesma direção. É por meio de um planejamento que a administração pública garante atuação da eficiência diminuindo impactos ambientais buscando a sustentabilidade da organização. O princípio da eficiência segundo Moraes (1999) é o que impõe a administração pública a busca pelo bem comum por meio do desempenho das suas atividades de forma neutra e imparcial e eficaz, de forma ética evitando desperdícios.

Para os autores Kunsch e Margarida (2006), o planejamento elaborado pelas organizações é um instrumento capaz de identificar e analisar a organização no ambiente interno em direção a traçar metas e objetivos e implementar ações no âmbito econômico, político e socioambiental. Sendo assim, é indispensável para uma organização de caráter público organizar e planejar seus objetivos com a finalidade de exercer suas atribuições com mais comprometimento com a sociedade e o meio ambiente.

Em relação ao indicador “Gestão de processos” que tem como critério a definição de normas e procedimentos sobre gestão dos produtos, processos e serviços da organização.

Segundo o ponto de vista dos gestores houve uma variação nas notas. O primeiro coordenador atribui nota dois para os três requisitos, expondo que existe, é implantando formalmente e verificado. Já o segundo atribui nota dois para sua existência, nota um para a sua implantação e verificação, identificando que existe o indicador, porém não é formalmente aplicado e verificado. Já o terceiro respondente atribui nota zero para os três requisitos identificando na sua concepção que não existe esse indicador na Universidade.

Tendo em vista, a busca por uma gestão sustentável, a gestão de processos auxilia na elaboração de práticas que busquem este objetivo, podendo ser praticado por meio das compras de material. Como é o caso da própria UFCG, que realiza as compras de forma sustentável, trazendo benefícios para a Instituição e para o meio ambiente, evitando desperdícios e optando por produtos que possam ser reutilizáveis (FILHO, 2017). As compras são realizadas por meio da Lei de Licitações e Contratos Administrativos Nº 8666/935, assegurando a escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública, isto é, que as produtos e serviços aceitos são os que não provoquem danos ao meio ambiente, eliminando produtos insustentáveis (SILVA; BARKI, 2012). Ao analisar licitações o administrador deve estar em concordância com essa lei. A gestão precisa executar todas as ações possíveis dentro da Universidade para alcançar a sustentabilidade, defendendo e preservando o meio ambiente.

O indicador “registro de documentação” consiste na orientação através de manual para procedimentos administrativos. O primeiro respondente atribui nota dois para a existência do indicador significando que o indicador existe formalmente, está registrado, mas não é praticado no dia-a-dia na organização, nota dois para implantação significando que o indicador está implantado cerca de 70% e também nota dois para a verificação mostrando que é verificado, mas não serve de instrumento para ações corretivas ou preventivas. O segundo respondente atribui nota três para existência, mostrando que o indicador existe e que o mesmo é parte da política da organização sendo praticado e conhecido por todos os envolvidos. Nota dois para sua implantação expressando que o indicador está implantado 70% na instituição e nota um para sua verificação, em sua percepção ele é verificado de maneira informal. O último coordenador apontou que não existe esse indicador, não é implantado e verificado atribuindo nota zero. O manual serve como instrumento administrativo que facilita o gestor a entender como está funcionando a organização e partir desse entendimento pode-se então melhorar de formar continua afim de conquistar a excelência organizacional. Apenas dois respondentes acreditam que o indicador existe e está parcialmente aplicado.

No indicador “Infraestrutura adequada” apontando se existem espaços para os docentes, grupo de estudos, atividades acadêmicas, áreas de convivência e lazer com padrões adequados

de iluminação, higiene e segurança. Dois respondentes atribuíram nota dois para os três requisitos confirmando que na sua percepção existe o indicador, está parcialmente implantado e verificado. Contudo, o terceiro respondente atribui nota um para os três requisitos afirmando que existe e está implantado parcialmente e é verificado de forma informal. Segundo os autores Garcia et al (2014), a infraestrutura é um fator importante para a formação do cidadão. As instalações os equipamentos junto com as iniciativas educacionais devem estar adequados para harmonizar o ambiente com os alunos afim de estimular o interesse em aprender. A infraestrutura oferece aos alunos a oportunidade de vivenciar práticas ampliando seus conhecimentos e desenvolvendo suas habilidades profissionais.

A infraestrutura adequada beneficia não só aos alunos como também aos professores, quando se encontram em um ambiente com iluminação adequada, bibliotecas, laboratórios entre outros. Sentem-se entusiasmados para desenvolver suas pesquisas contribuindo com a evolução da sua carreira pedagógica e o desenvolvimento educacional da Universidade.

Complementando os indicadores econômicos foi analisado a “avaliação de resultados” que corresponde a existência de avaliação institucional e de resultados através da elaboração de relatório de gestão anual. Nesse indicador houve também divergência de opiniões. Um respondente atribui nota zero aos três requisitos, o segundo nota dois para as três perguntas e o terceiro nota dois para os três indicadores. Ou seja, ao não concordarem com esse indicador nota-se que para uns a existência e implantação verificação mesmo que informal e para outros a inexistência desse indicador. Avaliação dos resultados determina quanto os colaboradores estão se dedicando para alcançar os objetivos da organização, Moreira (2013). Por isso tão importante para o administrador que busca uma gestão sustentável analisar através do detalhamento desses resultados se estão no caminho certo.

#### **4.1.5 Indicadores da dimensão cultural**

Os indicadores culturais assim como os indicadores ambientais receberam as piores notas de toda a pesquisa começando com o indicador “geração de cultura organizacional” que avalia se existe presença de ações de integração que busquem valorizar o estímulo, a liberdade de expressão, respeito à diversidade e aprendizagem organizacional. Um respondente atribui nota um para a existência do indicador, sua implantação e verificação do indicador, os outros dois respondentes atribuíram nota zero para os três requisitos.

Esse resultado é muito preocupante para a Universidade pois na opinião dos autores Santos e Valentim (2013), a cultura organizacional e a comunicação são de fundamental

importância para o compartilhamento de informações exercendo influência sobre o desempenho da organização e para a adaptação das mudanças externas e internas. Acrescentando a esse pensamento o autor Zago (2005), explica que a cultura é a construção social derivada de experiência coletiva. Sendo considerada de extrema importância para o desenvolvimento acadêmico.

No que diz respeito ao indicador “Incentivo à criatividade e liderança” avalia a existência de atividades cujos objetivos estimulem a criatividade e liderança. Dois coordenadores responderam que não existe esse indicador atribuindo nota zero aos três requisitos perguntados. Apenas um coordenador atribuiu nota um para os três requisitos, ele acredita que exista, porém a sua implantação e verificação são realizadas informalmente. Sem incentivo é provável que não aconteçam mudanças.

Segundo a autora Colombo (2012) o líder principalmente das IES precisa estreitar a comunicação com os colaboradores e alunos para o engajamento das atividades, ao incentivar ele identifica oportunidades e agrega valor para todos os envolvidos. Uma gestão moderna e flexível ganha confiabilidade dos servidores e os impulsionam a ter um melhor desempenho dentro da organização. O líder precisa inovar, objetivando o crescimento da organização e é de suma importância que a equipe se sinta segura e motivada para desempenhar um bom trabalho. A motivação é essencial para qualquer atividade

Em relação ao indicador “Adequação das comunidades internas e externas” corresponde as práticas saudáveis de comunicação verbal, respeitando as diferenças e orientações de procedimentos formais. Também mostrou divergência de opiniões, um coordenador atribuiu nota dois a existência, ou seja, acredita que exista comunicação respeitando as diferenças e que sua implantação e verificação acontece formalmente. O segundo coordenador atribuiu nota um para os três requisitos. Contudo, o último respondente discordou totalmente atribuindo nota zero para os três requisitos.

No indicador “Prática do Exercício da Cidadania Organizacional” diz respeito à existência de condutas proativas entre a colaboradores e os gestores. A percepção dos coordenadores também variou. O primeiro atribuiu dois um para a existência, implantação e verificação do indicador. O segundo respondente atribuiu nota um para a existência e implantação e nota zero para a verificação, e o terceiro respondente atribuiu nota zero para os três requisitos. Ou seja, a maioria respondeu que não é praticada a cidadania organizacional dentro da Universidade.

Para completar a dimensão cultural, o indicador “imagem da organização” que corresponde a preocupação institucional com informações que são divulgadas na sociedade, por

mais que as opiniões fossem divergentes foi o que melhor obteve resultados dentro dos indicadores culturais. O primeiro respondente atribuiu nota três para a existência, implantação e verificação. O segundo atribuiu nota dois para os três requisitos e o terceiro nota um para a existência, porém, nota zero para a implantação e verificação do indicador. A imagem da organização condiz com uma preocupação e responsabilidade do que é apresentado para a sociedade.

A pesquisa aplicada mostrou que a Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis obteve maior resultado na dimensão social e o pior resultado na dimensão ambiental. Ter o conhecimento desses resultados é de suma importância para a Unidade. A partir dessa observação os gestores juntamente com todos os coordenadores poderão traçar estratégias que possibilitem a construção de uma gestão mais sustentável, objetivando a formação de profissionais ambientalmente conscientes, como também propagando o respeito para com a sociedade e o meio ambiente. Conforme Almeida (2012), o reconhecimento de um modelo de gestão sustentável reivindica uma postura não imediata, mas, um planejamento a longo prazo redefinindo suas ações e decisões para responsabilidade socioambiental. Sendo imprescindível esses novos modelos de gestão para todas as organizações como ferramenta de transformação socioambiental.

## 5. CONCLUSÃO

A sustentabilidade nas organizações tornou-se um assunto de extrema importância nos dias atuais, gestores tem buscado em suas organizações executar ações que diminuam os impactos ambientais causados pelas mesmas, tendo em vista, as Universidades são organizações sociais que além de cumprir o seu papel de formação profissional, devem portanto implantar ações que objetivem a disseminação educacional ambiental, minimizando os impactos e ao mesmo tempo conscientizando a sociedade com seu exemplo.

Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo geral avaliar as práticas sustentáveis executadas no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande campus Sousa, com base na percepção dos gestores.

Com a pesquisa, pode-se perceber que a UACC, formada pelos cursos de Administração e Ciências Contábeis, com base nas quatro dimensões avaliadas, a dimensão ambiental obteve o pior resultado nos três aspectos interrogados da pesquisa, mesmo existindo uma preocupação por partes dos coordenadores em medidas que combatam os impactos ambientais, poucos são as mudanças dentro da Instituição que possibilitem o regresso dessa situação. Em contrapartida, a dimensão social obteve a melhor nota da pesquisa em sua fase de existência e implantação, porém é falha a sua verificação requerendo mudanças nessa fase.

A sustentabilidade é um desafio diário e contínuo. As iniciativas que a UFCG campus Sousa pode implantar para desenvolver uma gestão sustentável na dimensão ambiental são: reutilização da água dos ar condicionados para jardinagem e limpeza da instituição, implantação de um sistema fotovoltaico, considerado uma energia limpa e gratuita, implantação de uma estação para tratamento de água, licitações sustentáveis, além de projetos voltados ao consumo consciente da água, energia e papel.

Na dimensão social, a gestão pode desenvolver programas que contribuam para o desenvolvimento profissional dos professores, assim como os demais servidores da Instituição, aperfeiçoando seu desempenho acadêmico, como também colaborando na harmonia da comunidade acadêmica. Na dimensão cultural, desenvolver e implementar projetos que incentivem a liderança e criatividade respeitando as diferenças, a criação da semana cultural enriquecendo os conhecimentos de todos os envolvidos, onde durante toda a semana seriam abordados temas de extrema relevância cultural, ambiental e social como forma de conscientização dos discentes e da sociedade.

Na dimensão econômica, a gestão pode como deve planejar de forma estratégica a destinação correta e eficiente dos recursos da Instituição, com intuito de oferecer a toda comunidade acadêmica a infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades como a iluminação, laboratórios, área de lazer, área de estudo, segurança e higiene.

As limitações dessa pesquisa foram a falta de estudos e pesquisas referentes ao tema sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior e suas práticas, por ser tratar de um tema atual e de grande complexidade, que vem gradativamente ganhando relevância no Brasil. Além disso, devido ao cenário pandêmico atual causado pela COVID-19 o questionário foi aplicado via e-mail, o que impossibilitou a aplicação do questionário presencialmente e a obtenção de retorno de todos os gestores desta Instituição.

As sugestões de melhoria serão enviadas aos gestores da Unidade, com a pretensão de implantação de práticas que visem o desenvolvimento sustentável da instituição e para pesquisas futuras dentro dessa temática, sugere-se a aplicação desse estudo analisando a implantação de uma gestão ambiental aplicando o método MAIS de forma quantitativa, além de alcançar todos os gestores que compõem este Campus.

## 6.REFERÊNCIAS

AFONSO, Cintia Maria. **Sustentabilidade: caminho ou utopia?** Annablume, 2006.

AGRA FILHO, Severino Soares. Conflitos ambientais e os instrumentos da política nacional de meio ambiente. **Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG**, p. 351-359, 2010.

ALBERTON, Anete; COSTA JR, Newton Carneiro Affonso da. Meio ambiente e desempenho econômico-financeiro: benefícios dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGAs) e o impacto da ISO 14001 nas empresas brasileiras. **RAC-Eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 153-171, 2007.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. São Paulo: Nova Fronteira, 2002.

ALMEIDA, Ricardo; SCATENA, Lúcia Marina; LUZ, Mário Sérgio da. Percepção ambiental políticas públicas-dicotomia e desafios no desenvolvimento da cultura de sustentabilidade. **Ambiente& Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 43-64, 2017.

ALVES, Osnei Francisco; PESSÔA, Eliete Cristina. A influência das práticas ambientais no desenvolvimento sustentável das organizações. **Revista de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis**, v. 4, n. 3, p. 18-31, 2019.

ARAÚJO, G. C.; BUENO, M. P.; SOUSA, A. A.; MENDONÇA, P. S. M. Sustentabilidade empresarial: Conceitos e Indicadores. In: CONGRESSO ONLINE, 3, 2006, Anais... III CONVIBRA, 2006, p. 1-20.

ASHLEY, P.A. Agenda ODS: Muito mais do que continuidade da Agenda ODMs. In: Patrícia Almeida Ashley e Laura Beatriz Oliveira Rodrigues. Informativo Mensal nas Pétalas do Girassol de EcoPolíticas, Niterói: Núcleo de Estudos em EcoPolíticas e EConsCiencias, v.1, n.3, 2015.

BARATA, Martha Macedo de Lima; KLIGERMAN, Débora Cynamon; MINAYO-GOMEZ, Carlos. A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 165-170, 2007. BARBOSA, Gisele Silva. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. 4. ed. n.4. vol.1. Rio de Janeiro: Revista Visões, jan/jun.2008.

BARBOSA, Valma; BASSETTO, Luci; GALLI, Alessandra; CHAVES, Alessandra; MUZI, Joyce; REMER, Maria; LEME, Samira. **Sustentabilidade na Universidade**. In: EDS-2010 - International Conference on Education for Sustainable Development. Regional Centre of Expertise –RCE CRIE Curitiba –UFPR –UTFPR –PUC-PR -Sistema FIEPR, Curitiba, Brazil, May, 2010. Disponível em: [http://www.prppg.ufpr.br/anaiseds2010/papel\\_educ\\_sust\\_univ\\_gov\\_emp/117.pdf](http://www.prppg.ufpr.br/anaiseds2010/papel_educ_sust_univ_gov_emp/117.pdf) Acesso em: abril 2021

BÜHLER, Leslie Vieira; DA SILVA, Nelci Marlene Bühler. Qualidade de Vida no Trabalho: contribuições para o desenvolvimento de trabalhadores e sua repercussão nas organizações. Artigo científico 6º semintur, 2010.

BRASIL. Universidade Federal de Campina Grande. **Resolução nº 07, de 06 de agosto de 2004**. Câmara Superior de Ensino. Cria o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, do Campus de Sousa, e dá outras providências. Disponível em: <https://pre.ufcg.edu.br/pre/component/phocadownload/category/8-resolucoes-camara-superior-de-ensino?download=444:resolucao-n-7-2004>. Acesso em: 11 maio. 2021.

BRASIL. Universidade Federal de Campina Grande. **Resolução nº 10, de 15 de agosto de 2008**. Câmara Superior de Ensino. Aprova a criação do Curso de Administração, na Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais do Campus de Sousa desta Universidade e dá outras providências. Disponível em: <https://pre.ufcg.edu.br/pre/component/phocadownload/category/8-resolucoes-camara-superior-de-ensino?download=373:resolucao-n-10-2008&start=60>. Acesso em: 11 maio 2021

BRASIL. Universidade Federal de Campina Grande. **Resolução nº 23, de 27 de julho de 2009**. Câmara Superior de Ensino. Aprova a criação do Curso de Serviço Social, na modalidade Bacharelado, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Campus de Sousa, desta Universidade, e dá outras providências. Disponível em: <http://sods.ufcg.edu.br/index.php/camara-ensino/resolucoes?download=515:resolucao-n-23-2009&start=125>.. Acesso em: 11 maio. 2020

CARNIATTO, Irene; STEDING, Adriana. Ambientalização e sustentabilidade nas universidades em debate. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 32, n. 2, p. 299-318, 2015.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: **a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

CARVALHO, Marcony Messias Soares de. **A educação ambiental nas instituições de ensino superior**: uma experiência no IFTO-Campus Porto Nacional. 2019.

CÂMARA, João Batista Drummond. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de sociologia e política**, v. 21, p. 125-146, 2013.

CAVALCANTE, Maria Lailze Simões Albuquerque. Administração Pública e Agenda Ambiental–A3P-Considerações sobre a implementação nos órgãos públicos. **Revista Controle: Doutrinas e artigos**, v. 10, n. 1, p. 193-216, 2012.

COGO, Giselle Alves da Rocha. A sustentabilidade na administração pública federal: um desafio às organizações. 2011. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2011.

COLOMBO, Sonia Simões. Liderança e gestão do capital humano nas instituições de ensino superior. **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, p. 123-143, 2011.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa-: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Penso Editora, 2021.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, nov./dez. 2003

DA SILVA KOGLIN, Terena Souza; DE OLIVEIRA KOGLIN, João Carlos. A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, 2019, 10.2: 71-78.

DA SILVA, Renato Cader; BARKI, Teresa Villac Pinheiro. Compras públicas compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis. **Revista do Serviço Público**, v. 63, n. 2, p. 157-175, 2012.

DAL FORNO, Marlise Amália Reinehr. **Fundamentos em gestão ambiental (DERAD108)**. PLAGEDER, 2017.

DE ALENCAR, Layana Dantas; BARBOSA, Maria de Fátima Nóbrega. Educação ambiental no ensino superior: ditames da política nacional de educação ambiental. **Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 8, n. 2, p. 229-256, 2018.

DE ANDRADE MOREIRA, Danielle et al. Responsabilidade ambiental pós-consumo à luz do princípio do poluidor-pagador: uma análise do nível de implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos/Post-consumer. **Revista de Direito da Cidade**, v. 8, n. 4, p. 1442-1467, 2016.

DE ANDRADE, Zilda Aparecida Freitas. **A ética organizacional e a construção da reputação**. 2012.

DE OLIVEIRA CLARO, Priscila Borin; CLARO, Danny Pimentel; AMÂNCIO, Robson. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração**, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008.

DE OLIVEIRA, Natália Couto; MOREIRA, Paula Gomes. O Brasil e as três conferências das Nações Unidas sobre meio ambiente. **História e Economia**, v. 9, n. 2, p. 99-116, 2011.

DE OLIVEIRA LACERDA, Carlos César et al. Temática ambiental nos currículos de ensino dos cursos de administração das instituições de Ensino Superior do Estado da Paraíba. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 3, n. 1, p. 28-42, 2014.

DE RESENDE LARA, Pedro Túlio. Sustentabilidade em instituições de ensino superior. **Revista Monografias Ambientais**, v. 7, n. 7, p. 1646-1656, 2012.

DE SOUZA PINHEIRO, Alexsandra Alves; DE OLIVEIRA NETO, Benjamim Machado; MACIEL, Nara Maria Tavares Câmara. A importância da educação ambiental para o aprimoramento profissional, docente e humano. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2021.

DE SOUZA, Janayna Kelly Silva; SILVA, Thaís Vasconcelos. DESAFIOS DA GESTÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR—UM ESTUDO DE CASO. DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9a ed. São Paulo. Gaia, 2004.

DO NASCIMENTO, Marcelle Francisco; CARRERA, Francisco. A AUDITORIA AMBIENTAL E AS SITUAÇÕES EM QUE O RECURSO SE FAZ NECESSÁRIO.

DORNFELD, Carolina Buso. Educação Ambiental: reflexões e desafios no Ensino Superior. Rede Viva Melhor—Resumo Executivo. Ilha Solteira-SP: UNESP. Disponível em:<<https://www.foar.unesp.br/Home/projetoviverbem/educacaoambiental-reflexoes-e-desafios-no-ensino-superior---resumo.pdf>>. Acesso em, 2021, 04

DRUZZIAN, E. T. V.; SANTOS, R. C. Sistema de gerenciamento ambiental (SGA): buscando uma resposta para os resíduos de laboratórios das instituições de ensino médio e profissionalizante. **Revista Liberato**, Rio Grande do Sul, vol. 7, pp. 40 - 44, 2006.

ENGELMAN, Raquel; GUISSO, Rubia Marcondes; FRACASSO, Edi Madalena. AÇÕES DE GESTÃO AMBIENTAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: O QUE TÊM SIDO FEITO POR ELAS? **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 3, n. 1, p. 22-33, 2009.

FONTELLES, Mauro José et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista paraense de medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

FREITAS, Claudio Luiz de; BORGERT, Altair; PFITSCHER, Elisete Dahmer. **Agenda Ambiental na Administração Pública**: uma análise da aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P. 2011.

FRIO-RICARDO, Ricardo Saraiva; ZALUSKI, Felipe Cavalheiro. SUSTENTABILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E O EFEITO NO COMPORTAMENTO PRÓ-AMBIENTAL DOS ESTUDANTES.

GARCIA, Paulo Sergio et al. A infraestrutura das escolas de ensino fundamental da Região do Grande ABC paulista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 9, n. 3, p. 614-631, 2014.

GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, p. 44-45, 2002.

GONÇALVES, Edite; SÁ, Lurdes; CALDEIRA, Maria. Estudo de caso. **Mídia Eletrônica, São Leopoldo, PPGEDU, set**, p. 2-636, 2005.

INEP, I. N. d. E. e. P. E. A. T. Sinopse Estatística da Educação Superior 2019. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 04.mar 2021.

KRUGER, Silvana Dalmutt et al. Gestão ambiental em Instituição de Ensino Superior-Uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P). **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 4, n. 3, p. 44-62, 2011.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling; MOYA, IM da S. Políticas e estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas: principais resultados da pesquisa empírica. In: **CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN**. 2014.

KUNSCH, Margarida M. Krohling et al. Planejamento e gestão estratégica de relações públicas nas organizações contemporâneas. Anàlisi: quaderns de comunicació i cultura, p. 125-139, 2006.

LANZARIN, Jovani et al. Agenda ambiental da administração pública em instituições federais de ensino superior. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 3, p. 1020-1044, 2018.

LIMA, L. C. As empresas descobrindo o potencial da educação ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 10., 2008, Porto Alegre, Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2008. CD-ROM.

LIRA, Waleska Silveira; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa**. Eduepb, 2013.

LÜCK, H. **A escola participativa o trabalho do gestor escolar**. 4. ed., 2006

LUIZ, Lilian Campagnin et al. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. **Administração pública e gestão social**, p. 54-62, 2013.

MACHADO JUNIOR, Celso et al. A gestão dos recursos naturais nas organizações certificadas pela norma NBR ISO 14001. **Production**, v. 23, n. 1, p. 41-51, 2013.

MACHADO, Raquel Engelman et al. Práticas de gestão ambiental em universidades brasileiras. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 7, n. 3, p. 37-51, 2013.

MARINHO, Maerbal Bittencourt. **Universidades e sustentabilidade. Uma pesquisa em Instituições de Educação Superior Brasileiras**. 2014. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado). Salvador, UFBA.

MARIA DE ARAÚJO, Selma; SANTANA DE FREITAS, Lúcia; GUIMARÃES ROCHA, Vânia Sueli. GESTÃO AMBIENTAL: PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NOS CAMPI DE UMA IFES. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 7, n. 3, 2017.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e meio ambiente**. Annablume, 2007.

Ministério do Meio Ambiente. (2009). A3P - Agenda ambiental na administração pública.

Recuperado de: [http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/\\_arquivos/cartilha\\_a3p\\_36.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf) acesso 15 abril, 2021.

MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, P.S. Extensão Universitária: Uma nova relação com a administração pública. Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras. São Paulo, v. 3, p. 29-44, 2002

MOREIRA, Bernardo Leite. **Avaliação por resultados: a complementaridade da avaliação de desempenho**. Portal da Administração - 2013. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/avaliacao-por-resultados-a-complementaridade-da-avaliacao-de-desempenho/69990>> Acesso em 23 set .2021

OLIVEIRA, Lucas Rebello de et al. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Production**, v. 22, n. 1, p. 70-82, 2012.

OLIVEIRA, M. de. **Universidade e sustentabilidade: proposta de diretrizes e ações para uma universidade ambientalmente sustentável**. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Universidade Federal de Juiz de Fora.

PALUDO, Augustinho Vincente. **Administração pública**. Elsevier, 2010.

PAZ, Fabio Josende; KIPPER, Liane Mahlmann. Sustentabilidade nas organizações:

vantagens e desafios. **Revista Gestão da Produção Operações e Sistemas**, v. 11, n. 2, p. 85, 2016.

PETRELLI, Cristina Melim; COLOSSI, Nelson. A quarta via das instituições de ensino superior: a responsabilidade social. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 5, n. 13, p. 71-83, 2005.

RIBAS, José Roberto et al. Integração de ações na gestão sustentável. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 23, n. 2, p. 31-57, 2017.

RIBEIRO, Milena Missiano Comeron et al. Práticas de Divulgação, Conscientização e Capacitação para a Sustentabilidade uma Proposta para as Universidades Federais Brasileiras. **Revista de Administração IMED**, v. 8, n. 1, p. 146-168, 2018.

ROHRICH, Sandra Simm; TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch. Sustentabilidade ambiental em Instituições de Ensino Superior, um estudo bibliométrico sobre as publicações nacionais. **Gestão & Produção**, v. 26, n. 2, 2019.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas**, p. 76-97, 2006.

SALVIANO, Maria Clara Meneses et al. Percepção ambiental de grupos sociais sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em uma instituição de ensino superior, no Nordeste do Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 59397-59411, 2020.

SANT'ANA, Lucas César Frediani; MULLER, Eric; KALLÁS, Filipe. Projetos de educação ambiental em universidades: uma reflexão necessária e urgente. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 2, n. 3, p. 917-927, 2019.

SANTOS, Sílvia R. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa biomédica. **J pediatr**, v. 75, n. 6, p. 401-406, 1999.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Adriana Maria. A importância da educação ambiental para graduandos da Universidade Estadual de Goiás: Campus Morrinhos. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n. 2, p. 71-86, 2017.

SANTOS, Cássia Dias; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. A influência da cultura e da comunicação para a geração de conhecimento em contexto organizacional. **Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, p. 1-17, 2013.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 5, n. 2, p. 25-46, 2013.

SEVERO FILHO, João. Compras sustentáveis: um diagnóstico na universidade federal de Campina Grande (UFCG). 2017. 64f. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Especialização em Gestão das Políticas Públicas, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba – Brasil, 2017.

SILVA, Jacqueline da. A Gestão Sustentável como ferramenta para o desenvolvimento das sociedades. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 09, Vol.01, pp. 25-33. setembro de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/gestao-sustentavel>, DOI: [10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/gestao-sustentavel](https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/gestao-sustentavel)

SILVA. Alberto Dias Vieira da. **A Universidade Sustentável, subsídios para a educação ambiental no âmbito da gestão da universidade**. Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), v. 2-2006, p. 1º, 2006. Disponível em: [http://www.comscientianimad.ufpr.br/2006/02/acervocientifico/outros\\_artigos/artigo\\_alberto.pdf](http://www.comscientianimad.ufpr.br/2006/02/acervocientifico/outros_artigos/artigo_alberto.pdf) Acesso em mar. 2021

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p. 503-515, 2006.

TAUCHEN, Joel Antonio et al. Um modelo de gestão ambiental para implantação em instituição de ensino superior. 2007.

TEIXEIRA, Maria Gracinda Carvalho; AZEVEDO, Luís Peres. A agenda ambiental pública: barreiras para a articulação entre critérios de sustentabilidade e as novas diretrizes da administração pública federal brasileira. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 19, n. 1, p. 139-164, 2013.

TINOCO, J. E. P.; ROBLES, L. T. (2006). A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. **Revista Brasileira de Administração Pública**, 40, 1077-1098.

VENÂNCIO, Thiago Mello et al. Conexões entre agendas global e nacional para o desenvolvimento sustentável: estudo de caso sobre o período entre a Agenda 21 Brasileira, a Agenda ODM e na transição para a Agenda Global Pós-2015. 2017.

VIEGAS, Socorro Fátima; CABRAL, Eugenia Rosa. Adesão de uma Universidade Pública à Agenda Ambiental na Administração Pública–A3P. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 5, n. 1, p. 241-263, 2016

.

ZAGO, C. Cultura organizacional: dimensões estruturais e aspectos dinâmicos. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 63-93, jul./dez. 2005.

ZULIAN, Dimas. Guia de boas práticas em eficiência energética. Conhecer para economizar. Associação Comercial e Industrial de Americana, 2015.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS UNIDADE**  
**ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS CURSO DE**  
**BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

Senhor (a) coordenador (a)

Sou a aluna: Mairlly Roana Araújo Dantas 317130441 do curso de Administração 2017.1 e estou elaborando o meu trabalho de conclusão de curso. Sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Ma. Luma Michelly Soares Rodrigues Macri, que tem como tema: Sustentabilidade Aplicada a Administração Pública: Um estudo de caso na Universidade Federal de Campina Grande campus Sousa.

No início do questionário os senhores (as) irão responder algumas informações pessoais sobre o seu perfil profissional e ao decorrer serão respondidas questões que tem como objetivo verificar a partir da sua concepção as iniciativas e boas práticas sustentáveis realizadas no campus, e com as informações obtidas avaliar o nível de responsabilidade sustentável. (Todas as informações serão confidenciais)

Serão quatro dimensões analisadas para essa pesquisa (social, ambiental, cultural econômica), cada dimensão conte 5 indicadores, totalizando 20 indicadores. Cada indicador será analisado em 3 momentos. A elaboração ou existência de política ou procedimento (**E**), implementação do planejamento ou procedimento adotado (**I**), e o processo de verificação ou controle adotado na busca de melhoria nos processos de gestão (**V**).

**Informação importante:** Responda os 20 indicadores atribuindo a pontuação de 0 a 3 para o os critérios de existência (E), verificação (V), e implementação (I) de acordo com o seu significado.

Pontuação	Existência (E)	Implementação (I)	Verificação (V)
0	Inexistência do indicador	o indicador não está implantado	não existe verificação e/ou controle do indicador
1	Significando que o indicador existe na organização informalmente, isto é, não há registros documentados sobre sua forma de aplicabilidade	o indicador está implantado em 30 %	é verificado de forma informal
2	Indicando que o indicador existe formalmente, está registrado, mas não é praticado no dia-a-dia na organização	o indicador está implantado em 70%	é verificado, mas não serve de instrumento para ações corretivas ou preventivas
3	Significando a existência do indicador, sendo que o mesmo faz parte formal Da política da organização sendo praticado e conhecido por todas partes interessadas. Há comprometimento da organização com a sua práxis.	o indicador está implantado em sua plenitude	Verificado e serve de base para o melhoramento contínuo da organização em busca da excelência organizacional

**1-Gênero**

- Masculino  
 Feminino

**2-Idade**

- Menos que 26 anos  
 Entre 26 e 35 anos  
 Entre 36 e 45 anos  
 Mais \_\_\_\_\_

**3- Nível educacional**

- Pós- doutorado  
 Doutorado  
 Mestrado  
 Especialista

**4- Cargo que ocupa na UFCG campus Sousa**

- Diretor do campus  
 Vice-diretor do campus  
 Diretor no núcleo  
 Diretor da unidade  
 Coordenador  
 Outros \_\_\_\_\_

**5- Tempo de serviço**

- Menos de um ano  
 Entre um e três anos  
 Entre quatro e oito anos

**6- Indicador 1. Ética organizacional.**

Definição: como os gestores tratam as pessoas, os recursos econômicos e ambientais no campus.

	<b>Zero</b>	<b>Um</b>	<b>Dois</b>	<b>Três</b>
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**7-Indicador 2. Capacitação e desenvolvimento de pessoas.**

Definição: ações voltadas ao aprimoramento profissional dos servidores para o melhoramento das atividades.

	<b>Zero</b>	<b>Um</b>	<b>Dois</b>	<b>Três</b>
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### **8- Indicador 3. Programas para a melhoria da qualidade de vida.**

Definição: ações no qual proporcione melhor qualidade de vida da comunidade acadêmica.

	<b>Zero</b>	<b>Um</b>	<b>Dois</b>	<b>Três</b>
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### **9-Indicador 4. Projetos sociais**

Definição: ações de extensão voltadas a atender as demandas da comunidade acadêmica.

	<b>Zero</b>	<b>Um</b>	<b>Dois</b>	<b>Três</b>
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### **10- Indicador 5. Guia de boas práticas sustentáveis**

Definição: orientação sobre a conduta para as práticas de gestão sustentável para a comunidade acadêmica.

	<b>Zero</b>	<b>Um</b>	<b>Dois</b>	<b>Três</b>
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### **11-indicador 6. Política de gestão ambiental**

Definição: ações que tenham como objetivo a redução do consumo de energia, praticas para evitar o desperdício de água, incentivando o consumo consciente e a reciclagem dos resíduos.

	<b>Zero</b>	<b>Um</b>	<b>Dois</b>	<b>Três</b>
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### **12- Indicador 7. Auditoria ambiental para indicar melhorias onde necessário.**

Definição: processos para a verificação de práticas e condutas sustentáveis na organização.

	<b>Zero</b>	<b>Um</b>	<b>Dois</b>	<b>Três</b>
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### 13- Indicador 8. Controle e reuso do consumo da água

Definição: supervisão do consumo e reuso da água no campus.

	<b>Zero</b>	<b>Um</b>	<b>Dois</b>	<b>Três</b>
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### 14- Indicador 9. programa de reciclagem (gestão de resíduos)

Definição: existência e/ou atuação de programa de reciclagem ou gestão de resíduos.

	<b>Zero</b>	<b>Um</b>	<b>Dois</b>	<b>Três</b>
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### 15-indicador 10. Utilização de papel reciclado.

Definição: regulamento interno sobre o consumo e reutilização do papel

	<b>Zero</b>	<b>Um</b>	<b>Dois</b>	<b>Três</b>
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### 16- Indicador 11. Definição de metas e objetivos

Definição: formalização de metas e objetivos na gestão organizacional

	<b>Zero</b>	<b>Um</b>	<b>Dois</b>	<b>Três</b>
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### 17- Indicador 12. Gestão de processos, produtos e serviços.

Definição: normas e procedimentos sobre gestão dos produtos, processos e serviços da organização.

	<b>Zero</b>	<b>Um</b>	<b>Dois</b>	<b>Três</b>
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### 18- Indicador 13. Registro e documentação

Definição: orientação através de manual para procedimentos e administrativos.

	<b>Zero</b>	<b>Um</b>	<b>Dois</b>	<b>Três</b>
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### 19- Indicador 14. Infraestrutura adequada

Definição: existência de espaços para os docentes, grupo de estudos, atividades acadêmicas, áreas de convivência e lazer com padrões adequados de iluminação, higiene e segurança.

	<b>Zero</b>	<b>Um</b>	<b>Dois</b>	<b>Três</b>
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### 20- Indicador 15. Avaliação de resultados da organização

Definição: existência de avaliação institucional e de resultados através da elaboração de relatório de gestão anual.

	<b>Zero</b>	<b>Um</b>	<b>Dois</b>	<b>Três</b>
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### 21-Indicador 16. Geração de cultura organizacional

Definição: presença de ações de integração que busquem valorizar o estímulo, a liberdade de expressão, respeito a diversidade e aprendizagem organizacional.

	<b>Zero</b>	<b>Um</b>	<b>Dois</b>	<b>Três</b>
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### 22- Indicador 17. Incentivo e criatividade a liderança

Definição: atividades cujo os objetivos estimulem a criatividade e liderança

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**23- Indicador 18. Adequação das comunidades internas e externas**

Definição: praticas saudáveis de comunicação verbal, respeitando as diferenças e orientações de procedimentos formais.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**24- Indicador 19. Pratica do exercício da cidadania organizacional**

Definição: existência de condutas proativas entre a colaboradores e os gestores.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**25- Indicador 20. Imagem da organização**

Definição: preocupação institucional com informações que são divulgadas na sociedade.

	Zero	Um	Dois	Três
Existência do indicador (E)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação (I)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Verificação e/ou (V)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>